



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

MATERNIDADE E TRABALHO DOCENTE: as marcas da produção e da reprodução social na vida das mulheres mães em tempos pandêmicos

HAYESKA COSTA BARROSO ¹
MARIAH SÁ BARRETO GAMA ²

RESUMO: O cenário pandêmico suscitou discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres mães trabalhadoras. A divisão sexual do trabalho vê-se intensificada pelo fenômeno da precarização do trabalho docente, parte integrante de um projeto neoliberal de educação. Essa discussão é particularmente importante no âmbito da categoria profissional de assistentes sociais. O presente estudo teve como objetivo investigar os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida de docentes de Serviço Social da UnB. Os resultados revelaram um cotidiano com sobrecarga de trabalho, acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar atividades produtivas e reprodutivas.

Palavras-chave: Maternidade; Trabalho Docente; Divisão sexual do trabalho.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília

2 Profissional de Serviço Social. Anis Bioética

ABSTRACT: The pandemic scenario has raised discussions about the effects of remote work on the lives of working mothers. The sexual division of labor is intensified by the phenomenon of the precariousness of teaching work, an integral part of a neoliberal education project. This discussion is particularly important within the professional category of social workers. The present study aimed to investigate the impacts of the pandemic and remote work on the lives of Social Work teachers at UnB. The results revealed a daily routine with work overload, accumulation of activities, lack of time and difficulty in separating productive and reproductive activities.

Keywords: Maternity; Teaching Work; Sexual division of labor.

1. Introdução

A pandemia causada pelo novo coronavírus e seus impactos na sociedade suscitaram uma série de discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres trabalhadoras (OLIVEIRA, 2020; LEMOS et al, 2021; MACEDO, 2020; CASTRO e CHAGURI 2020; BARROSO e GAMA, 2020; Di GREGORIO e NOGUEIRA, 2020).

No universo acadêmico, a pandemia de COVID-19 afetou sobremaneira o cotidiano laboral das docentes e suas rotinas com os afazeres domésticos, numa sobreposição de demandas dispostas de modo compósito e paradoxal no espaço do lar. Um dos efeitos percebidos foi a redução do número de artigos submetidos por mulheres a revistas científicas, um dos principais indicadores no atual sistema de progressão na carreira acadêmica (CÂNDIDO e CAMPOS, 2020).

Segundo as autoras Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007), divisão sexual do

trabalho diz respeito a: 1) distribuição desproporcional de homens e mulheres no mercado de trabalho; 2) o uso do tempo e do espaço segundo o gênero e suas relações com a desigualdade na divisão do trabalho doméstico; e, 3) a natureza sistemática dessas desigualdades e como essa diferenciação é utilizada de forma a hierarquizar as atividades e os sujeitos, criando um sistema de gênero (HIRATA e KERGOAT, 2007).

O Serviço Social tem historicamente se constituído como objeto privilegiado de análises sobre a divisão sexual do trabalho, por ser uma profissão majoritariamente feminina. A feminização da profissão está refletida no quadro permanente de docentes do Departamento de Serviço Social, do qual 75% são mulheres, enquanto a média geral desta universidade é de 46,3% de mulheres no corpo docente efetivo.

Os efeitos da intersecção entre divisão sexual do trabalho, trabalho remoto em tempos de pandemia e Serviço Social são complexificados pela intensificação do trabalho docente e produtivismo científico imposto pela reestruturação neoliberal das universidades públicas. Borsoi e Pereira (2011) enunciam os efeitos cruéis da lógica mercantil na vida das mulheres docentes: jornadas sem limites, sobrecarga de trabalho e sofrimento físico e mental.

No debate da articulação entre divisão sexual do trabalho, Serviço Social e docência, o objetivo do presente artigo é compreender os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Serviço Social na Universidade de Brasília, a partir de uma discussão sobre docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, que contou com pesquisa bibliográfica e coleta de dados empíricos. A pesquisa bibliográfica foi realizada para identificação e seleção das principais fontes de leitura, categorias e vertentes teóricas de análise. Já a coleta de dados empíricos foi realizada por meio da aplicação de questionários online junto às docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, contendo perguntas sobre: perfil sociodemográfico; formação acadêmica e profissional; docência e trabalho doméstico; docência e maternidade; e docência e pandemia.

O convite para participar da pesquisa e o link para acessar o questionário foi

enviado por e-mail para todas as docentes mulheres do departamento, com exceção da docente envolvida nessa pesquisa como orientadora, e outra professora que participou da fase de testes do instrumental de coleta de dados. Portanto, do universo de 27 (vinte e sete) professoras vinculadas ao departamento naquele momento, 25 (vinte e cinco) receberam o convite e 22 (vinte e duas) responderam o questionário, constituindo, assim, 88% das convidadas e 81% do universo de professoras do departamento estudado. As docentes participantes da pesquisa responderam o questionário de coleta de dados entre os dias 12 de novembro e 22 de dezembro de 2020. Os dados coletados a partir deste instrumental foram organizados em tabelas e gráficos e analisados à luz do referencial teórico adotado³.

O presente artigo encontra-se dividido em cinco partes. As primeiras três partes são reservadas à discussão de cada uma das três principais categorias teóricas de análise, a saber: 1) divisão sexual do trabalho, 2) Serviço Social, e 3) docência e precarização. Em seguida, na quarta parte, são apresentados os principais resultados oriundos da coleta de dados da pesquisa empírica, por meio dos quais se busca empreender uma reflexão sobre como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia de COVID-19 para as mulheres docentes, a partir da intersecção analítica entre Serviço Social, docência e divisão sexual do trabalho.

2. Considerações sobre divisão sexual do trabalho: pistas teóricas para desvelar a produção e a reprodução social na vida das mulheres

Como muitos outros, o conceito de divisão sexual do trabalho é terreno de disputa sobre seus significados e há uma série de teorias sobre a divisão sexual do trabalho (CASACA, 2009) que compreendem seus fundamentos de formas distintas. A teoria que baliza a definição de divisão sexual do trabalho adotada pelo presente estudo é conhecida por teoria dos dois sistemas. Embora tenha suas subcategorias, as teorias dos dois sistemas percebem a divisão sexual do trabalho como uma

3A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, CAAE 36301620.8.0000.5540

articulação e interação entre dois sistemas de opressão distintos, embora interdependentes: o patriarcal e o capitalista. Assim, a própria gestão capitalista é atravessada pelo sistema de gênero e é do interesse do sistema capitalista o fortalecimento da supremacia masculina para potencializar a superexploração e a subordinação das mulheres (CASACA, 2009).

Silvia Federici (2017) aponta que a desvalorização do trabalho feminino foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Durante o período de acumulação primitiva na Europa, o trabalho das mulheres passou a ser entendido como uma espécie de recurso natural e as atividades femininas de reprodução da vida foram rotuladas como não-trabalho (BARROSO e GAMA, 2020). Assim, a divisão sexual do trabalho se efetivou como a materialização de uma relação de poder dentro da força de trabalho e representou um "imenso impulso à acumulação capitalista" (FEDERICI, 2017), permitindo a apropriação do trabalho não remunerado de reprodução da vida das mulheres.

Hirata e Kergoat (2007) apontam dois princípios organizadores fundamentais da divisão sexual do trabalho: 1) o princípio de separação e 2) o princípio hierárquico. O primeiro se expressa através da existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. O segundo, por sua vez, materializa-se na valorização do trabalho dos homens em contrapartida à desvalorização do trabalho feminino, seja este produtivo ou reprodutivo. Assim, gerar e criar crianças, cuidar dos enfermos e dos idosos, limpar, cozinhar e realizar todas as atividades domésticas são percebidas socialmente como atividades naturalmente femininas e, por conseguinte, também desprovidas de valor e de esforço, já que estariam fora do terreno do trabalho, mas sim na esfera da vocação, como uma aptidão inata.

3. Serviço Social: determinações de gênero, classe e trabalho na profissão

Para a finalidade do presente estudo, é indispensável empreender uma breve discussão sobre as determinações sociais, materiais e históricas do

desenvolvimento do Serviço Social como profissão no Brasil. Seu surgimento carrega duas marcas importantes: a relação com a Igreja Católica e o seu caráter de classe.

O Serviço Social no Brasil tem sua origem no seio do bloco católico nas décadas de 1930 e 1940, em um momento particular em que a Igreja buscava recuperar sua hegemonia e reafirmar seus interesses e privilégios. As protoformas do Serviço Social representam, portanto, o instrumento ideológico utilizado pelo bloco católico para profissionalizar, modernizar e tecnicizar seu apostolado social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 90).

A necessidade de enfrentamento das expressões da questão social, aliada ao controle e à regulação das classes trabalhadoras, por meio das políticas sociais, foi combustível fundamental para o desenvolvimento da profissão, cujas raízes se encontram nas ações filantrópicas de mulheres das classes dominantes. Assim, o Serviço Social caracterizou-se como um movimento de mulheres das classes dominantes, a partir da "idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas" (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 182).

Embora ao longo do tempo a categoria profissional tenha se diversificado em relação ao perfil das profissionais, incorporando paulatinamente parcelas de mulheres oriundas de segmentos da classe média, o arcabouço teórico-metodológico e as ferramentas da prática e da intervenção profissionais tenham se diversificado, as marcas das origens da profissão se expressam, dentre outras formas, na feminização da categoria profissional ainda nos dias atuais: 97% das assistentes sociais no Brasil são mulheres (CFESS, 2005). O Serviço Social, assim como a docência⁴, é uma profissão considerada mais atrativa às mulheres, por sua associação histórica (e não por acaso) com as habilidades e atributos ligados ao cuidado, à sensibilidade, à paciência, à moralidade e à educação. Assim, parece imprescindível reconhecer e analisar como as marcas do gênero materializam a

⁴Em especial na educação infantil e básica. O cenário muda no ensino superior que, com exceção de áreas ainda muito feminizadas (como Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Dança, por exemplo), as mulheres não são maioria. Embora as universidades sejam campo de trabalho para a docência, também representam o território da racionalidade e da ciência, searas historicamente monopolizadas por homens, explicitando, assim, como opera a divisão sexual do/no saber na academia.

divisão sexual do trabalho, opera códigos generificados no terreno da produção de conhecimento e dos saberes intelectuais, e estrutura o fazer docente sob bases desiguais, sexistas e opressoras.

4. Docência e precarização no Brasil: as múltiplas faces do processo de "democratização" do ensino superior

Para analisar, a partir de um recorte de gênero, os impactos particulares da pandemia de COVID-19 e do regime de trabalho remoto na vida de mulheres docentes, é imprescindível refletir sobre os processos de precarização produzidos pelas políticas neoliberais que têm como alvo a educação superior. Duarte (2017), ao discutir a intensificação e a precarização do trabalho docente de assistentes sociais em universidades federais do Brasil, inscreve esse fenômeno em um cenário maior de ciclos de expansão do ensino superior no país.

O mais recente ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidou e aprofundou tendências anteriores de expansão, subordinação da atividade acadêmica às demandas do mercado e flexibilização das fronteiras público e privado na educação. A chamada "democratização do ensino superior" foi operacionalizada, principalmente, por programas de subsídio público a empresas privadas, como é o caso do PROUni e do FIES, garantindo a "ampliação da lucratividade dos grandes grupos corporativos educacionais, sem muita preocupação com a qualidade da educação oferecida à juventude de baixa renda" (DUARTE, 2017, p. 144). O outro lado desse fenômeno de massificação do ensino superior pela via privada (com subsídio público) é justamente a precarização e o sucateamento sistemático e intencional das universidades públicas federais.

A construção de uma cultura acadêmica nas universidades centrada na lógica neoliberal e mercantil de produtivismo e competitividade, com metas de publicação e de horas em sala de aula como exigências para reivindicar melhores salários, mais

recursos, fomento à pesquisa e prestígio, é fonte de sofrimento e sobrecarga para os docentes e compromete a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Segundo Duarte (2017), podem ser considerados aspectos que produzem o fenômeno intensificação/precarização do trabalho docente nas universidades: a ampliação de vagas nas universidades sem proporcional contratação de mais docentes; a exigência produtivista por parte de órgãos de fomento; a exigência para desempenhar cada vez mais atividades administrativas e de gestão, gerando um acúmulo de atividades, além da introdução de novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano laboral.

Essa exigência de um perfil cada vez mais multifuncional e disponível ganha força em um período em que os limites entre trabalho e espaço doméstico estão mais borrados do que nunca, com particulares efeitos sobre as mulheres docentes, já que as medidas de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19 "[...] incidiram exatamente na ambiguidade da posição das mulheres: entre a casa e a universidade; entre o trabalho de cuidado, o trabalho emocional e o trabalho intelectual" (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24).

5. Os impactos da pandemia na vida das mulheres docentes do Departamento de Serviço Social da UnB

É importante traçarmos brevemente o perfil das 22 (vinte e duas) respondentes, para melhor entender a realidade vivida por elas nesse período de pandemia e trabalho remoto. A maioria das docentes respondentes da pesquisa se identificou como brancas, heterossexuais, sem religião, renda entre 9 e 17 salários mínimos, com filhos, casadas/em união estável ou divorciadas. A grande maioria possui doutorado, e metade tem ou está fazendo pós-doutorado. Boa parte das docentes (15) também apresentou larga experiência na docência no ensino superior, com mais de 10 (dez) anos atuando na área.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas na universidade, as docentes

relataram altíssima carga de trabalho relativa à orientação acadêmica de estudantes (considerando Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - PTCC, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, PIBIC, monitoria, prática de pesquisa, mestrado e doutorado): do total de 22 docentes, metade respondeu ter mais de 10 alunos sob sua orientação, e mais 5 relataram ter entre 8 e 10 alunos. Somando-se a outras atividades de pesquisa, além de extensão e ensino, essa carga de trabalho parece integrar o processo de intensificação/precarização descrito por Duarte (2017). A autora afirma que parte importante do projeto de expansão do ensino superior no Brasil é justamente multiplicar o número de vagas nas universidades, sem mais investimento em recursos humanos, seja na contratação de novos professores e/ou para cargos administrativos. O resultado é a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades e responsabilidades múltiplas, o que causa sofrimento e desgaste nos docentes, pode comprometer a qualidade da formação acadêmica de novos profissionais e afetar diretamente a saúde física e mental dos professores.

Perguntadas sobre sua rotina de divisão de horários entre as atividades profissionais e as suas demais atividades, mais da metade das docentes respondeu não ter conseguido organizar e separar essas atividades de natureza distinta. A dificuldade em desagregar as atividades profissionais e as tarefas domésticas pode estar relacionada com a sobreposição de tarefas, espaços e tempos, de tal forma que

[...] enquanto o tempo e o espaço das atividades laborais dos homens tendem a ser preservados e respeitados, mulheres nas mesmas condições têm relatado a constância das interrupções pelas crianças e por outros membros da família, o que, no caso específico das professoras e pesquisadoras, torna impossível a concentração constante e duradoura que é exigida para o conjunto de tarefas que conformam o conteúdo de seu trabalho. (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24)

Borsoi e Pereira (2011) também já identificaram que o trabalho das mulheres em casa é marcado por mais interrupções do que o dos homens, o que pode, no caso da pesquisa realizada por esses autores, justificar por que suas jornadas de trabalho são mais extensas e prolongadas. Em relação à sobreposição das temporalidades e espaços na experiência das mulheres e a dificuldade de separar as tarefas, Haicault (apud CASTRO e CHAGURI, 2020), pesquisando mulheres que

trabalhavam na indústria têxtil, nas fábricas e em casa, percebeu que a distinção dos espaços sociais domésticos e profissionais era simplesmente de ordem simbólica. Além da carga de trabalho material e concreta, a autora chama atenção para a exaustiva e adoecedora carga mental, que pode explicar por que mulheres docentes relatam, com mais frequência, problemas de saúde de ordem psicossomática e uso de medicação prescrita (BORSOI e PEREIRA, 2011). Essa carga mental é fruto não só do somatório e acúmulo de tarefas, mas também, e principalmente, da sincronicidade delas. Enquanto trabalham na esfera produtiva, as mulheres planejam e administram uma série de outras atividades de ordem reprodutiva ao mesmo tempo.

A maioria das respondentes também afirmou não estar satisfeita com seu desempenho como pesquisadora durante o período da pandemia. 54,5% avaliaram seu próprio desempenho como "ruim" e 31,8% como "regular". Somente três docentes avaliaram seu desempenho como "bom". Como dito, o projeto neoliberal de mercantilização da educação superior impõe a incorporação de metas de produtividade e publicação como indicadores de sucesso profissional e acesso aos recursos e aos financiamentos, através dos órgãos de fomento. Interessante pensar que a paradoxal exigência de produtivismo, através do número de publicações, integra o mesmo projeto que sucateia as atividades de pesquisa e extensão e sobrecarrega os docentes com atividades de ensino e tarefas administrativas. A insatisfação das professoras com seu próprio desempenho como pesquisadoras também pode estar relacionada à percepção de que não dedicam tempo o suficiente para as atividades de pesquisa e escrita acadêmica. De fato, o tempo parece ser um recurso escasso na vida das docentes durante o período estudado.

Questionadas sobre a participação em atividades para a sua formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico, (tais como assistir e participar de lives, fazer cursos online, ler e escrever artigos), 68,2% responderam que conseguiram participar "muito pouco". Os principais fatores apontados como impeditivos ou limitadores foram: "não tenho tempo o suficiente" (76,2%) e "o trabalho de cuidados dos meus filhos me deixa muito cansada a maior parte do tempo" (47,6%). Além disso, também responderam "o trabalho doméstico me deixa muito cansada"

(33,3%); “não tenho ambiente e recursos adequados” (33,3%); e “não tenho motivação”(9,5%). Nenhuma docente respondeu não ter interesse.

Outro dado importante, que dialoga com a discussão sobre a intensificação e a precarização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras, é relativo ao crescente borramento dos limites entre vida privada/familiar e vida profissional: 63,6% das respondentes afirmaram que já costumavam realizar/atender demandas de natureza profissional em seu ambiente doméstico e familiar, mesmo antes da pandemia. Através da multiplicação de demandas e a incorporação das tecnologias de comunicação e informação, as responsabilidades profissionais invadiram pouco a pouco a rotina privada, com particulares efeitos sobre a vida das mulheres, em geral as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos.

Sobre a divisão das tarefas domésticas no ambiente familiar, percebe-se que a realidade das docentes é distinta da maioria das mulheres brasileiras, particularizando-se em determinados aspectos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁵, referente a 2019, as mulheres dedicam, em média, 8 horas semanais a mais que os homens, aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas da famílias, especialmente os filhos. No entanto, as docentes respondentes da pesquisa apresentaram um cenário diferente: 58% delas disseram dividir igualmente os trabalhos domésticos com algum outro morador da casa. A outra parte (41,2%) marcou a opção: “sim, dividimos mas eu fico com a maior parte”.

Esse dado pode nos revelar dois aspectos de uma mesma realidade. Por um lado, o nível educacional, a renda média alta ou até mesmo certo nível de consciência acerca das questões relativas ao gênero (seja das professoras seja dos outros moradores da casa) podem deslocar as relações de poder de gênero e criar novas formas de convivência, mais alinhadas com referenciais direcionados ao estabelecimento de relações baseadas na igualdade de gênero. Por outro, muitas mulheres ainda aparecem como as verdadeiras responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os homens figuram como “ajudantes”. Isso significa, portanto,

⁵Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/04/ibge-mesmo-empregadas-mulheres-dedicam-8-horas-a-mais-do-que-homens-nos-afazeres-da-casa.ghtml> . Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

que as mulheres continuam sendo vistas como as responsáveis por gerir, administrar, planejar, delegar e ainda executar boa parte do trabalho. Um dos efeitos desse processo, que mascara a manutenção ílesa da divisão sexual do trabalho em sua essência, é justamente a sobrecarga mental, emocional e física das mulheres e a apropriação do seu tempo.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, a maioria das docentes (77,3%) respondeu contar com o serviço de algum tipo de empregada/o doméstica/o, sendo a maioria delas (88,4%) de regime de trabalho do tipo "diarista". Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho tem uma plasticidade que a permite se manter intacta mesmo com mudanças na condição social e política das mulheres. Assim, surgem novas modalidades dessa divisão, em constante articulação com os fenômenos culturais, mudanças no modo de produção e movimentos sociais e políticos.

As autoras apontam para o cruzamento de dois fenômenos contemporâneos: o aumento do número de mulheres em cargos executivos e de nível superior (aumento de seu capital social, cultural e econômico) e uma super-representação feminina na pobreza, no desemprego e nos trabalhos precários e mal remunerados. Um dos desdobramentos desses dois fenômenos (mas também uma de suas forças impulsionadoras) é a utilização, por parte das mulheres mais privilegiadas, da abundante mão de obra de mulheres mais vulneráveis assoladas pelas políticas de precarização e flexibilização trabalhista no capitalismo neoliberal. No caso do norte global, em especial as imigrantes, e no caso brasileiro, mulheres pobres e negras integram essa mão de obra utilizada por mulheres mais privilegiadas para terceirizar o trabalho doméstico (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 60). Essa tendência constitui o que as autoras denominam de "modelo de delegação", uma estratégia crescente nos países capitalistas para lidar com os conflitos e tensões do antagonismo entre as responsabilidades reprodutivas e produtivas de muitas mulheres de classes médias e altas. Como já dito, essa estratégia só é possível pela existência de desigualdades raciais e étnicas, aliada à flexibilização, à precarização e à desproteção no mundo do trabalho assalariado.

No entanto, é importante ressaltar que, por serem socialmente percebidas

como as "titulares" das responsabilidades com o trabalho reprodutivo, mesmo quando delegam, o trabalho de supervisionar, orientar e administrar ainda é feminino: "[...] a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam" (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607). Além disso, mesmo dispondo dos serviços frequentes ou eventuais de trabalhadoras/es domésticos, as docentes relataram realizar uma série de atividades domésticas em casa. As tarefas que a maioria das docentes responderam fazer "frequentemente" foram: cuidar dos filhos, cozinhar, limpar e varrer a casa, lavar roupas e louça, fazer compras e tirar o lixo. Com exceção de "fazer compras", todas as demais tarefas podem ser classificadas como de necessidade diária/cotidiana, demandando constantemente tempo, esforço e trabalho.

Sobre maternidade e docência, 95,5% das docentes participantes da pesquisa afirmaram que: 1) a maternidade influencia na produtividade acadêmica das professoras mulheres no ensino superior; 2) os eventos científicos da comunidade acadêmica não oferecem condições para a participação de mães que não tem com quem deixar seus filhos; e 3) já precisaram ou conhecem alguém que já precisou levar os filhos para algum evento científico ou para o ambiente de trabalho. Segundo Castro e Chaguri (2020), "[...] a maternidade não deve ser vista apenas pela perspectiva biológica. Ao contrário, olhar para ela revela como o gênero é socialmente construído" (p. 25). Na carreira acadêmica, é comum que a experiência da maternidade, tão socialmente cobrada e exigida das mulheres, seja motivo de penalização para as suas carreiras, funcionando como um "teto de vidro", uma "barreira invisível operada pela desigualdade de gênero, dificultando o acesso das mulheres ao topo" (MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015, p. 752). Uma vez que "[...] a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos" (RIBEIRO e SILVA, 2010, p. 460), cabe a elas operar o malabarismo de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, esforço que dificilmente os homens precisam fazer: paternidade e carreira acadêmica não aparecem como escolhas divergentes, tampouco costumam provocar nos homens qualquer dilema moral ou sentimento de culpa.

Sobre isso, ressalta-se a Resolução Nº 01/2020, 24 de julho de 2020, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, estabelece orientações para a redução da carga horária de trabalho das mulheres docentes do referido Departamento, em especial aquelas que possuem filhos pequenos, que estão na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental (1º a 5º anos) e/ou até 12 anos de idade. Sobre as docentes, a Resolução prevê: a redução da carga horária didática; a reorientação das atribuições administrativas, substituindo temporariamente a docente, quando possível e de acordo com sua vontade, em comissões ou cargos administrativos; e estímulo, de acordo com a vontade da docente, da adoção de orientação compartilhada com outros docentes aptos a auxiliar na orientação de alunos tanto na graduação quanto na pós-graduação.

6. Considerações finais

Empreender uma reflexão sobre os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília foi o objetivo central da presente análise. Docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social se consolidaram, portanto, como categorias analíticas capazes de elucidar as particularidades com que a pandemia se materializou na realidade do cotidiano das mulheres docentes do ensino superior.

O regime de trabalho remoto, popularizado durante a pandemia de COVID-19, incidiu sobre o lugar ambíguo das mulheres na academia: entre a ciência e o trabalho reprodutivo de cuidado da casa e dos filhos. A vivência do tempo e do espaço, marcada pela sobreposição de tarefas e responsabilidades e sobrecarga física, emocional e mental, é uma experiência *de gênero*. A já conhecida divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as tarefas segundo o gênero, explorando e apropriando o trabalho reprodutivo e o tempo das mulheres, é intensificada pelo fenômeno da precarização do trabalho docente no Brasil, produto da importação da lógica mercantil do mercado privado para dentro da realidade

administrativa e intelectual das universidades públicas brasileiras. Essa discussão é particularmente importante no âmbito da categoria profissional de assistentes sociais, profissão majoritariamente feminina.

Os dados da pesquisa empírica com as docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília sobre os efeitos da pandemia e do trabalho remoto apontam para um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar as atividades profissionais (trabalho produtivo) e atividades domésticas e de cuidado (trabalho reprodutivo). Os dados também apontam para uma divisão um pouco mais equilibrada dos afazeres domésticos nos lares das docentes, embora boa parte delas tenham apontado que ainda se responsabilizam pela maior carga de trabalho dessa natureza. A maioria das docentes também se mostraram insatisfeitas com seu desempenho como pesquisadoras durante esse período, revelando a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com as demais tarefas, sejam domésticas, sejam de ensino, pesquisa e extensão.

Para além dos resultados evidenciados anteriormente, a presente pesquisa apontou, ainda, para a necessidade de desenvolver estudos, em especial com pesquisas empíricas, capazes de analisar como os impactos dessa nova realidade de trabalho sobre mulheres acadêmicas, cientistas e pesquisadoras se particularizam tanto no ensino superior público como no privado, bem como nas diferentes áreas de produção de conhecimento, atentando para as determinações trazidas também pela vivência da maternidade nesse contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL. **Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/CRESS/UFAL, 2005.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, Nº 6, V. 1, p. 84-94, 2020.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva Pereira Silva. Mulheres e

homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Revista Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 119-145, 2011.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. **Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres**, Blog DADOS, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres>; Acesso: 14.fev.2021.

CASACA, S. F. **Revisitando as Teorias Sobre a Divisão Sexual do Trabalho**. SOCIUS Working Paper 4/2009.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, n. 41a, p. 23-31, 2020. Disponível em: <http://www.lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/388/413> Acesso: 14.fev.2021.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho Docente do Assistente Social nas Federais: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/23495> Acesso: 14.fev.2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Rev. adm. empres.** São Paulo , v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902020000600388&lng=en&nrm=iso. Acesso: 14.fev.2021

MACEDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso . Acesso: 14 .fev. 2021.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F.. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015 .

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300749&lng=en&nrm=iso . Acesso: 14.fev.2021.

NOGUEIRA, Luíza Souto Souto; DI GREGORIO, Mariana Orsini Simonetti. Desigualdade de gênero e Covid-19: os reflexos da pandemia na vida das mulheres. **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**, v. 11, n. 2, p. 44-60, 2020. Disponível em: <https://www.cuhso.cl/index.php/RDCP/article/view/2297/2044> Acesso: 14.fev.2021.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**, V. 16, n. 1, 2020.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação** (Bauru), V. 20, N. 2, 2014, p. 449-466. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo.

,